



Ministério dos Povos Indígenas
Conselho Nacional de Política Indigenista

**CONSELHO NACIONAL DE
POLÍTICA INDIGENISTA**
(CNPI)

RESUMO EXECUTIVO da 2^a Reunião do Conselho Nacional de Política Indigenista

Brasília, 08 e 09 de Agosto de 2024.

PAUTA da 2ª Reunião do CNPI

1º dia de Reunião:

- Leitura da ata da 1ª Reunião Ordinária do CNPI;
- Composição, coordenação e temas das Câmaras Temáticas (CTs);
- Apresentação dos avanços do trabalho da proposta de Reestruturação da FUNAI;
- Balanço de 1,5 ano de gestão da SESAI.

2º dia de Reunião:

- II Conferência Nacional de Política Indigenista;
- COP 30 e Plano Clima;
- Lançamento do Edital Mulheres Tecendo o Bem Viver;
- Lançamento do Programa Kuntari Katu: Líderes Indígenas na Política Global;
- Entregas do MPI;
- Lançamento da Revista “Caravana Participa Parente”;
- PL do CNPI - PL 3.571/2008;
- PL PNGATI;
- Universidade Indígena;
- Conferência Nacional de Mulheres Indígenas – Parceria entre MPI, MM e ANMIGA.

Informes

- Texto de atualização do Decreto 11.509/2023 já enviado à Casa Civil para as alterações conforme acordo da 1ª Reunião.
- Regimento Interno no aguardo da publicação da retificação do Decreto para que a portaria seja publicada. O Texto da proposta de Regimento Interno do CNPI está na pasta distribuída a todos/as Conselheiros/as para esta Reunião.
- Portaria com a atualização dos nomes das Conselheiras e Conselheiros que compõem o CNPI foi publicada na data desta reunião, 08/08/2024.

Coordenação e subtemas das CTs

CT I - direitos territoriais, proteção e gestão territorial e ambiental

- Sociedade civil: Sr. Francisco Piyako (OPIRJ/Acre) e Tayse Michelle Campos da Silva (Apoinme/RN)
- Governo: Joênia Wapichana (FUNAI)
- Temas: Demarcação, Proteção (fiscalização, monitoramento e vigilância; arrendamento em TIs; proteção em fronteiras; povos isolados), Gestão Ambiental e Territorial (licenciamento, PGTAs, mudanças climáticas, bioeconomia, brigadas indígenas, água em TIs), Legislação (direitos territoriais). (detalhamento de subtemas em ata de reunião)

CT II - Autodeterminação, direito à consulta e participação social

- Sociedade civil: Carla Ferreira dos Santos (CIR/COIAB)
- Governo: Maurício Sanches (FUNAI)
- Temas: controle social: participação qualificada de indígenas nas diversas instâncias; OIT 169; comunicação, informação e formação; políticas e acordos internacionais. (detalhamento de subtemas em ata de reunião)

CT III – saúde indígena e assistência social

- Sociedade Civil: Txai Surui (Kanindé)
- Governo: Lucinha Tremembé (SESAI)
- Temas: valorização das medicinas tradicionais indígenas, participação indígena na construção dos planos municipais e estaduais da assistência social, SUAS e SUS para povos indígenas, previdência social, saúde mental da juventude indígena, violência das mulheres, atendimento de saúde diferenciada, profissionais qualificados. (detalhamento de subtemas em ata de reunião)

CT IV - Educação escolar indígena intercultural em todos os níveis e modalidades

- Sociedade civil: Elaine Patrícia de S. Oliveira (APOINME)
- Governo: Rosilene Tuxá (MEC)
- Temas: Comunicação e sensibilização; Apoiar a promoção, em articulação com os órgãos governamentais e as entidades indigenistas, de campanhas educativas sobre os direitos dos povos indígenas e o respeito à sua diversidade étnica e cultural (art.2º, VI); PPA, PLOA (transversal em todas as CTs). (detalhamento de subtemas em ata de reunião)

CT V - Proteção e enfrentamento às violências de gênero contra mulheres e meninas indígenas e indígenas LGBTQIAPN+

- Sociedade civil: Jozileia Kaingang (ANMIGA), Mayla Karajá (suplente)
- Governo: Lídia (FUNAI), Thaynara/SESAI (suplente)
- Temas: Enfrentamento a violência contra mulheres LGBT+ e crianças; LGBTQIAPN+; Ações integradas de saúde e educação pelo Bem Viver; Segurança Pública; Ação Local; Política Pública. (detalhamento de subtemas em ata de reunião)

CT VI – Direitos indígenas sociais, culturais e econômicos

- Sociedade civil: Wuriu Costa Silva Manchineri (COIAB)
- Governo: João Francisco (MDIC)
- Temas: Direitos Trabalhistas; Soberania e segurança alimentar e nutricional; Fomento à cultura; Financiamento e acesso a recursos; Economias indígenas; Monitoramento dos orçamentos públicos federais. (detalhamento de subtemas em ata de reunião)

- **Reestruturação da FUNAI:** Ainda é um trabalho em andamento. Foi instituído um grupo de trabalho técnico pela Presidência da FUNAI em Fevereiro de 2024, que pela primeira vez é feita com a participação de representantes indígenas das 05 regiões do país, bem como com representantes das entidades representativas dos servidores, representantes do Museu do Índio, das organizações indígenas, do MPI e representantes das diretorias e presidência da FUNAI. Ainda não têm uma proposta finalizada, porque ainda estão em fase de discussão junto às coordenações regionais, pensando também nas CTLs. Todos os trabalhos do GT estão disponibilizados no site eletrônico da FUNAI para acompanhamento. Também têm feito reuniões virtuais para fazer a escuta das bases e os representantes das regiões também têm a função de levar essa discussão para os territórios. Após a conclusão do GT, proposta será submetida à diretoria colegiada, ao MPI e ao CNPI para então enviar para o Ministério de Gestão e Inovação para preparação do Decreto presidencial.
- **Balanço SESAI:** AgSUS Lei 14.621 de 14 de julho de 2023 não é uma proposta impositiva, mas colaborativa. Com contrato de gestão com o Ministério da Saúde, assegurando a não municipalização da saúde indígena. Consultas a todos os DSEIs até final de setembro. Conta com apoio dos conselheiros para consultas regionalizadas.
- Proposta da Bancada Indígena de Reunião Extraordinária no Mato Grosso do Sul
- **II Conferência Nacional de Política Indigenista:** Foi sugerido que Maria Augusta contribua na produção do diagnóstico relativo à 1ª Conferência, com relação ao que houve de avanço ou não e pensar na metodologia para garantir maior participação indígena. A previsão orçamentária da II Conferência Nacional de Política Indigenista está inserida no Plano Estratégico Institucional do MPI, sendo uma das entregas prioritárias para a pasta do Ministério. Em 2025 realizar as etapas locais, estaduais ou regionais, e no primeiro semestre de 2026 culminando na etapa nacional. como está no planejamento do MPI, vai ter orçamento para realizar a conferência. Necessitando de articulação com outros órgãos, como já vem sendo feito pelo MPI. E de fato há a necessidade do balanço de gastos da I Conferência de 2015, para articular uma proposta mais fiel para o orçamento para 2026. Na I Conferência foram investidos cerca de R\$ 20,4 milhões para realização da Conferência, sendo que passagens e hotel foi um dos fatores que mais encareceu a sua realização, que a nível nacional contou com a participação de 1.800 pessoas. Para garantir no orçamento do ano que vem tem que convocar esse ano. E a convocação tem que ser feita por Decreto Presidencial.
- **COP 30 e Plano Clima:** O planejamento do MPI envolve a melhor e maior participação indígena da história das negociações na COP 30, a estimativa é que tenha a participação de 7.000 indígenas da América Latina e a nível global, contribuindo com os indígenas brasileiros em seus conhecimentos e modos de vida, e sejam vistos e reconhecidos pelos Negociadores e Estados como uma grande contribuição para o mundo como um todo, principalmente no combate às mudanças climáticas. Lançamento do Programa Kuntari Katu, que visa a formação de Lideranças Indígenas em Negociações Internacionais em parceria com o Ministério das Relações Exteriores.

O Plano Clima vem nesse processo, liderado pelo MMA com participação do MPI, a meta é fechar o Plano Clima para ser apresentado no COP 29. No Plano Clima trabalham com dois conceitos, um de mitigação para construir economia de baixo carbono, inserindo meta de demarcação de Terra Indígenas e o outro conceito é da adaptação, como se adaptar para implementação da economia de baixo carbono com diminuição de combustíveis fósseis e transição energética justa, e nesse momento trazer uma posição do movimento indígena para esses espaços. Também a inserção das resoluções discutidas e aprovadas pelo CNPI sejam incluídas no Plano.

GTT de Adaptação: Já está mais avançado no processo e as oficinas já têm a participação das organizações indígenas que trabalham na pauta climática nas datas de 05 a 06 de setembro, lembrando que já está aberto no site oficial do MPI para a contribuição dos povos indígenas. Ressalta que os Povos indígenas são um dos principais grupo impactados pelas mudanças climáticas.

GTT Mitigação: Não haverá oficinas de escuta, o MPI está envolvido nos 7 setores e debatendo sobre incluir a demarcação de terras indígenas como ação necessária para a mitigação das mudanças climáticas. Outro ponto é a questão da Transição Justa, também está sendo pautada no Plano de Mitigação, como uma pauta extremamente importante para os Povos indígenas e na qual a CLPI deve ser observada.

- **PL do CNPI - PL 3.571/2008:** há 2 opções - apresentar substitutivo para presidente da comissão ou o governo apresentar novo projeto, com risco de ser apensado ao que já existe. Substitutivo pode ser mais rápido. Poderia requerer urgência na plenária, mas difícil no atual cenário. Avaliação é que o mais provável seria apresentar um novo projeto do Governo ao Senado ou articular relatoria para apresentar substitutivo na Câmara. Explicou que as emendas tramitam apenas nas comissões depois que o relator apresenta relatório, mas a aprovação depende de uma articulação política forte.

Acordos e Encaminhamentos:

Ata

1. Criar grupo de whatsapp com todos os conselheiros para que as informações sejam compartilhadas de forma mais dinâmica com todo o Conselho;
2. Resumo executivo das atas = ata mais enxuta e objetiva com as deliberações e aprovações do CNPI, com lista de presença e documentos analisados como anexos;
3. Registro mais enxuto da ata com envio 30 dias antes e 10 dias para os conselheiros/os se manifestarem.

Câmaras Temáticas

1. Inclusão do MEsp na Câmara Temática VI - Direitos indígenas sociais, culturais e econômicos. Titular Ana Eleanara da Silva Pinto;
2. Inclusão Ministério das Cidades na Câmara Temática VI - Direitos indígenas sociais, culturais e econômicos. Titular Marilda Oliveira de Brito Cohen;
3. Leitura da composição final das CTs na 3^a Reunião;
4. Definição da coordenação de governo das CTs que apresentaram apenas a coordenação por parte das organizações indígenas e/ou indigenistas;

5. Mudança na proposta de Regimento Interno do nome da CT I para “Direitos territoriais, demarcação, proteção e gestão territorial” (aprovado pelo Plenário do CNPI);
6. Inclusão da FUNAI na Co-coordenação da CT I, enquanto Coordenação de Governo. Titular Joênia Wapichana;
7. Alteração do art. 22 parágrafo 5 do Regimento Interno, para que a coordenação das CTs sejam compostas por 1 (um) representante dos povos indígenas ou das organizações indigenistas, 1 (um) suplente do representante dos povos indígenas ou das organizações indigenistas, 1 (um) representante governamental e 1 (um) suplente do representante governamental (aprovado pelo Plenário do CNPI);
8. As reuniões das CTs serão presenciais a serem apoiadas pelo MPI, conforme proposta da CT II. As reuniões ordinárias presenciais das CTs serão conforme o calendário de reuniões ordinárias do CNPI (3 vezes ao ano), com presença de membros titulares e suplentes. Demais reuniões podem ocorrer de forma virtual (aprovado pelo Plenário do CNPI);
9. Inclusão da PNAISP como um dos temas da CT III (aprovado pelo Plenário do CNPI);
10. FUNAI indicará um/a servidor/a Conselheiro/a titular ou suplente para compor a coordenação ou suplência da coordenação por parte de governo da CT VI;
11. Debates sobre a Reestruturação da FUNAI acontecerem no âmbito da CT II;
12. Debates sobre a AGSUS acontecerem no âmbito da CT III;
13. CT II acompanhar a organização da II Conferência Nacional de Política Indigenista, por meio de um GT para tanto, com 10 Conselheiros/as, sendo 4 de governo e 4 da bancada indígena e 2 das organizações indigenistas. Compõem o GT: Lúcia Alberta (FUNAI), Teresinha (SESAI), Jecinaldo Saterê (MPI), Juarez Ferreira (SGPR);
14. CT II analisar e trazer para a próxima reunião suas considerações sobre o PL do CNPI - PL 3.571/2008;
15. Aprofundar debate sobre Política Nacional de Desintrusão na CT I em diálogo com CT 5 do CG PNGATI.

Resoluções e Recomendação:

1. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 01, DE 9 DE AGOSTO DE 2024, que dispõe sobre as violências cometidas contra povos indígenas, e dá outras providências;
2. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI nº 03, DE 09 DE AGOSTO DE 2024, que dispõe sobre a realização da II Conferência Nacional de Política Indigenista, e dá outras providências;
3. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 02, DE 09 DE AGOSTO DE 2024, contra a tese do Marco Temporal e que recomenda ao Supremo Tribunal Federal a concessão de liminar suspendendo a [Lei nº 14.701, de 20 de outubro de 2023](#), e dá outras providências;
4. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 04, DE 09 DE AGOSTO DE 2024, que recomenda ao Governo Federal a inclusão do tema da demarcação das terras indígenas como eixo do Plano Clima, e dá outras providências;
5. Aprovada pelo Plenário a RESOLUÇÃO CNPI Nº 05, DE 09 DE AGOSTO DE 2024, que dispõe sobre representação indígena no Conselho Nacional de Educação – CNE, e dá outras providências.

Demais temas:

1. Convocação da próxima Reunião do CNPI com 30 dias de antecedência, conforme previsto no Regimento Interno;
2. Proposta de elaboração de moção sobre a atuação do MPI em resposta a posicionamentos contrários ao Ministério que saíram na mídia – a ser apresentada e avaliada na próxima Reunião do CNPI.

Sugestões:

1. CT III incluir em seus temas ou subtemas saúde mental, saúde da mulher indígenas, desnutrição, povos isolados e de recente contato, integração da produção científica indígena na área da saúde, PNAISP (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional);
2. Sugestão de que a implementação da Lei 11645/2008 no plano de trabalho da CT IV, bem como o tema de presença dos indígenas nas universidades;
3. CT IV incluir também os temas de Escola Indígena, Biblioteca indígena, participação nos PPA, LDO, LOA dos municípios e Monitoramento das crianças indígenas em contexto urbano;
4. Trazer para o âmbito das discussões da CT II os Comitês Regionais da PNGATI;
5. Resgatar memórias da I Conferência, que poderão ajudar bastante na realização da próxima;
6. Revisitar as propostas apresentadas na I Conferência, que poderão ajudar bastante na realização da próxima e verificar a quê pode ser dado encaminhamento;
7. CT I revisar o PL da PNGATI, junto com a CT do CG-PNGATI responsável, para fazer propostas à relatoria da Deputada Célia Xakriabá na CPOVOS;
8. CT I em diálogo com CT 5 do CG PNGATI para instituição da Política Nacional de Desintrusão de Terras Indígenas para trazer considerações na reunião de dezembro;
9. Ministério da Justiça e Segurança Pública apresentarem na reunião do CNPI um levantamento sobre as questões de demarcação e segurança nos territórios indígenas.

Proposta próxima pauta do CNPI

- Apresentação pela FUNAI dos andamentos do processo de Reestruturação da instituição;
- Apresentação pela SESAÍ dos avanços das consultas sobre a AGSUS;
- Apresentação das considerações da CT II sobre o PL do CNPI - PL 3.571/2008;
- Mais tempo para MEC e MPI poderem apresentar os avanços do trabalho do GT e os resultados dos Seminários de escuta sobre a Universidade Indígena;
- Informe pelo MPI sobre os diálogos com os Governadores sobre a homologação das Terras Indígenas;
- Política Nacional de Desintrusão de TIs.

Data da próxima reunião: de 02 a 06 de dezembro.

